

## Antropóloga acha inviável emancipar índio por decreto

Brasília — "Não conheço atualmente nenhuma tribo indígena que queira ser emancipada, isto é, perder por completo a tutela da Funai. Mesmo porque o processo de emancipação dos grupos tribais não pode ser efetivado apenas por um simples decreto do Governo, mas através de extensos estudos antropológicos sobre as populações indígenas brasileiras."

Esta é a opinião da professora Alcida Rita Ramos, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB), que durante 26 meses realizou com o professor Kenneth Taylor, seu marido, vários trabalhos sobre a comunidade indígena dos iamomamis que vivem em Rondônia, assistidos pelos padres da Consolata.

### Competição

No momento, a professora considera inviável emancipar qualquer grupo tribal, pois a competição existente entre índios e brancos é desleal e totalmente desfavorável aos indígenas em todos os seus aspectos. "Se for efetivada a emancipação de alguma tribo, ela será à revelia dos índios, e apenas transferirá os atuais problemas da Funai para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)."

"É imprescindível que se dê aos indígenas igualdade de condições para competir com a população brasileira." Segundo a professora Alcida Ramos, o índio não é criança, apenas diferente de nós. "A partir do instante que ele passar a ser considerado socialmente adulto, e com as mesmas chances do homem branco, os grupos tribais não resistirão mais ao processo de emancipação, como vem ocorrendo com os índios gaviões, no Pará, e os terenas, no Mato Grosso, que recusam qualquer possibilidade de perderem a tutela oficial da Funai."

### Posse da terra

Na opinião da antropóloga, a garantia da posse da terra para índios será a principal questão a ser decidida com vista à emancipação de comunidades indígenas. No momento que o índio tiver plenos direitos para vender suas propriedades, em poucos anos, se tornará um simples braçal, trabalhando para fazendeiros, tentando sobreviver, porque eles não têm como resistir às pressões das grandes empresas. O resultado disso tudo é que o índio passará a ser mais um indivíduo marginalizado na sociedade."

A terra, continuou, deverá permanecer alienada pela União, assegurando aos índios seu uso pelo qual atingirão a sua emancipação econômica, que é o único meio de os grupos tribais atingirem sua auto-suficiência e terem condições para competir com os civilizados.

Citando um exemplo do que poderá acontecer com os grupos que tiverem a posse da terra, a professora Alcida Rita Ramos disse que, no interior de São Paulo, as populações rurais estão perdendo suas propriedades, uma vez que é muito difícil resistir aos altos preços que lhes são oferecidos pelos empresários. "Como as condições de investimentos dessas pessoas são limitadas, elas acabam perdendo tudo o que possuíam. Assistindo ao que acontece com os brasileiros que

vão vendendo suas terras, os grupos indígenas que têm maior conhecimento desse tipo de problema, resistem e continuarão resistindo à qualquer intenção por parte das autoridades no sentido de emancipá-los".

### Emancipação

"O patrimônio indígena tem que ser gerido pelo próprio índio, a fim de que ele comece a aprender como funciona a nossa sociedade". Disse ainda que a Funai deve procurar dar às aldeias condições de produção, pois muitas tribos vivem simplesmente da venda do artesanato, que é considerado "coisa de índio", e muito mal remunerado.

A professora Alcida Ramos sugeriu que a Funai inicie uma campanha visando a assistir melhor às atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades indígenas, e ajudar os índios a plantarem seus próprios roçados a fim de que não precisem se empregar como mão-de-obra barata para sobreviver.

"O indígena não é preguiçoso nem malandro, como muitas pessoas o consideram. Na verdade, a maioria dos problemas que existe é por absoluta falta de conhecimento sobre a problemática do índio brasileiro, e por isso acredito que a antropologia e a etnologia deveriam ser canalizadas para educar a população branca visando a integração indígena à sociedade nacional."

Sobre o Estatuto do Índio n.º 6.001, de dezembro de 1973, a antropóloga ressaltou que, de fato, há alguns pontos nevrálgicos no documento, principalmente os artigos referentes às missões religiosas. "De certa maneira, o Estatuto dá liberdade de proselitismo, pois não coíbe o catecismo; mesmo porque, proibir catequização para missionário é o mesmo que não aceitar a presença das missões."

Em relação aos itens que regulamentam a emancipação indígena, a professora Alcida Ramos disse que, pelo fato de o Estatuto não cobrir todas as possibilidades sobre o assunto, ele dá chance a interpretações diferentes. No entanto, considerou que, dependendo da leitura que se faz, o documento não deixa margens a dúvidas, principalmente porque a exigência de que o índio deve ter total conhecimento sobre a sociedade nacional é suficiente para definir a questão sobre emancipação.

Explicou que justamente por se tomar a figura do índio como um modelo de infância — de uma pessoa que não tem maioridade social — ocorre uma contradição nas interpretações que se faz sobre o que é emancipação para os indígenas e para os civilizados. Na sociedade, a maioridade social equivale à maioridade física também. "Para o índio é diferente: enquanto ele é maior fisicamente, em termos sociais, ele é considerado menor, e ao mesmo tempo que se diz que o indígena é incapaz de atuar na nossa sociedade, em certo nível se reconhece que ele não é criança ao final de contas."

Em sua opinião, essas contradições que existem no Estatuto do Índio levam a crer que o documento tem suas falhas e dúvidas, especialmente pela condição especial que o índio possui em relação aos brancos, devido sua cultura e etnia.